

## **COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

**PARECER N° 27/2025**

**AUTOR DO PROJETO:** Poder Executivo

**RELATOR:** Odair Francisco Farina

### **RELATÓRIO**

Trata-se do Projeto de Lei n° 43/2025, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre as alterações do Plano Plurianual- PPA - do município de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, aprovado pela Lei n° 2.541/2021, Lei 2742/2024 e Lei 2745/2024 para o exercício de 2025 e dá outras providências.

### **VOTO DO RELATOR**

Trata-se da análise do Projeto de Lei n° 43/2025, de iniciativa do Poder Executivo Municipal, que visa aprovar alterações no Plano Plurianual – PPA, relativas ao exercício de 2025, no valor de R\$ 6.650.000,00 (seis milhões, seiscentos e cinquenta mil reais), oriundos de operação de crédito.

O projeto contempla a inclusão de programas, ações, metas físicas e financeiras, bem como autoriza adequações contábeis em conformidade com normas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Ressalta-se que tais adequações não implicam alteração da estimativa de receita ou da fixação de despesas previstas na lei orçamentária.

O projeto encontra amparo legal na Constituição Federal (art. 165, §1º e §7º), na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n° 101/2000) e na própria Lei Orgânica do Município, que conferem ao Executivo competência para propor alterações no Plano Plurianual, cabendo ao Legislativo a análise e aprovação.

As alterações propostas visam viabilizar a execução de programas estratégicos financiados por operação de crédito, destacando-se investimentos em infraestrutura e desenvolvimento municipal, compatíveis com o interesse público.

Do ponto de vista orçamentário e financeiro, a proposta não amplia o montante global da despesa pública já fixada, limitando-se a redistribuir e incluir ações, conforme autorização normativa, atendendo às exigências do Tribunal de Contas e da STN.

Foram observados os princípios da legalidade, transparência, planejamento e equilíbrio fiscal, não havendo impedimentos técnicos ou jurídicos quanto à tramitação da matéria.

Diante do exposto, opino pela tramitação do Projeto de Lei nº 43/2025, de autoria do Poder Executivo, por se tratar de medida necessária, legal e adequada ao interesse público, garantindo a correta execução orçamentária e financeira do Município de Capitão Leônidas Marques para o exercício de 2025.

Sala de Comissões, 01 de outubro de 2025.



**Odair Francisco Farina**

Relato

## **CONCLUSÃO**

A Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização em reunião, realizada em 01 de outubro de 2025, para deliberar nos termos do art. 71 do Regimento Interno, sobre o pronunciamento do Relator Vereador Odair Francisco Farina, sobre o Projeto de Lei nº 43/2025, de autoria do Poder Executivo, decidiu pela **APROVAÇÃO DO PARECER DO RELATOR**, tendo a vereadora Genecir de Fatima Garda Rigo se manifestado “PELAS CONCLUSÕES” do relator, e o vereador Revair José Rodrigues “COM RESTRIÇÕES” pelas razões em anexo, sendo, assim, voto vencido.

Sala de Comissões, 01 de outubro de 2025.



**Genecir de Fatima Garda Rigo**  
Presidente



**Odair Francisco Farina**  
Relator



**Revair José Rodrigues**  
Membro – Voto Vencido



## VOTO EM SEPARADO PROJETO DE LEI 043/2025 (VOTO VENCIDO)

Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização

Projeto de Lei nº 043/2025

O presente Voto em Separado refere-se à análise do Projeto de Lei nº 043/2025, de iniciativa do Poder Executivo Municipal, que solicita autorização legislativa para realizar alterações no Plano Plurianual – PPA, relativas ao exercício de 2025, no valor de R\$ 6.650.000,00 (seis milhões, seiscentos e cinquenta mil reais), oriundos de operação de crédito.

Após a devida análise da matéria, divirjo do voto do relator e da maioria dos membros desta Comissão, pelos fundamentos que passo a expor.

### I – DA ANÁLISE FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Após análise detalhada, entendo que a proposta, embora revestida de aparente regularidade formal, apresenta fragilidades de ordem orçamentária e fiscal que comprometem a sustentabilidade das finanças públicas municipais a médio e longo prazo.

O financiamento pretendido, no valor de R\$ 6.650.000,00 (seis milhões, seiscentos e cinquenta mil reais), implicará na assunção de juros, correção monetária e demais encargos financeiros, o que inevitavelmente acarretará aumento expressivo das despesas de capital e comprometerá receitas de exercícios subsequentes.

Tal medida, ao ampliar o endividamento municipal, poderá onerar desnecessariamente o erário, reduzindo a capacidade de investimento futuro e a manutenção de serviços públicos essenciais — notadamente nas áreas de saúde, educação e infraestrutura básica.

Ainda que o projeto alegue compatibilidade com as normas do Tesouro Nacional e do Tribunal de Contas, não restou suficientemente demonstrada a real necessidade, oportunidade e viabilidade econômica da contratação do crédito, tampouco apresentado estudo técnico de impacto financeiro de longo prazo, como exige o artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

A prudência fiscal recomenda cautela na aprovação de alterações no PPA que resultem de operações de crédito, sobretudo em cenário econômico incerto e considerando a obrigação constitucional de equilíbrio das contas públicas.

### II – CONCLUSÃO

Diante do exposto, apresento meu voto em separado, manifestando-me contrariamente à aprovação do Projeto de Lei nº 043/2025, mantendo, contudo, o respeito à decisão majoritária dos demais membros desta Comissão.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2025.



REVAIR JOSÉ RODRIGUES

Membro da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização